



Carta do Dia da Nacional da Luta Antimanicomial - 17 de maio de 2024

Saúde Mental Não é mercadoria! Dinheiro Público é para Financiar a RAPS Antimanicomial, Urgente!

O manicômio é expressão de uma estrutura presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, racismo, LGBTGIAP+ fobia, machismo, e o genocídio dos povos originários. Lutar pelos direitos de cidadania das pessoas em sofrimento psíquico significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos à saúde, justiça e melhores condições de vida.

Continuamos em luta por uma Democracia Antimanicomial, que se deve construir com união e parceria entre as pautas, movimentos, entidades e coletivos diversos. Sofremos Juntas, Lutaremos e venceremos Juntas! Dias de muitas conquistas virão, mas só serão construídos com muita Luta, União e sem Anistia para o Fascismo.

Vimos reafirmar nosso compromisso com o fim de todas as formas de Manicômios! E, afirmar novamente que não negociamos com Manicômios e com o Fascismo.

Em 2024, o Ato do Dia Nacional da Luta Antimanicomial possui caráter estratégico. Passamos 6 anos em um processo de resistência e resiliência da Rede de Atenção Psicossocial Antimanicomial e das Políticas Públicas de promoção e defesa de direitos. Resistimos ao desfinanciamento, aos ataques aos direitos das trabalhadoras e ao enfraquecimento de todos os mecanismos de promoção de autonomia e protagonismo dos usuários e familiares.

Esses seis anos tiveram impactos profundos, consolidando uma agenda de contra reforma psiquiátrica. E a agenda da desinstitucionalização, do controle e participação social e da transparência na gestão pública foram desinvestidos.

Dos resultados mais emblemáticos e profundos na agenda da contra reforma psiquiátrica destacamos a política de álcool e outras drogas com a consolidação e ampliação para 587 Comunidades Terapêuticas (CTs) credenciadas e financiadas pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) que já é superior ao número de Centros de atenção Psicossocial Alcool e outras Drogas (CAPS AD - 443) e de Unidades de Acolhimento (UAs - 70) somados. Enquanto isso, as denúncias, as notícias na imprensa e as fiscalizações apontam para a crescente violação de direitos, tortura e maus tratos nesses locais de isolamento e de exclusão social. O Governo de SP continua com sua política de aumento constante de verbas para as CT's e outras formas de manicômios, enquanto gastou apenas 2,3% do orçamento anual com ações voltadas para saúde mental nas escolas da rede estadual. Em parceria, Tarcisio e Nunes continuam com a política de internação compulsória e violação constante dos direitos humanos, como vemos constantemente



na região da Luz. No dia 17 de Maio de 2024, a Av. Paulista será palco de uma grande manifestação pública em defesa da Democracia, do SUS, da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, da Redução de Danos e do Cuidado em Liberdade.

É momento de virar esse Jogo! Pelo FIM das comunidades terapêuticas e clínicas privadas. Pelo cuidado na RAPS/SUS! Que Todos os recursos públicos que financiam os equipamentos privados sejam destinados a RAPS/SUS! Manicômios Nunca Mais!

Os fatos demonstram que não podemos lutar apenas para a realização de uma Reforma Psiquiátrica branda e lenta. Torna-se imperativo que façamos a Reforma Antimanicomial em nossa Democracia e instituições! Precisamos concluir a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial onde não cabe nenhuma forma de manicômio!

Dessa forma exigimos:

- Que o usuário de serviços de saúde não seja reduzido a um diagnóstico, devendo ser considerado como sujeito de direitos;
- O reconhecimento do protagonismo de usuárixs e familiares para a construção de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas e intersetoriais;
- A implementação, ampliação e fortalecimento das redes territoriais de Atenção Psicossocial Antimanicomial e Intersetoriais com ações nas áreas de direitos humanos, assistência social, educação, moradia, trabalho, cultura, esporte e economia solidária;
- A Legalização das Drogas e a realocação dos recursos públicos da “Guerra às Drogas” para o financiamento na Políticas Públicas de Educação, Assistência Social e Saúde, Habitação, Geração de Trabalho e Renda e Combate à Fome;
- Que a política de atenção a usuários de álcool e outras drogas seja parte integrante das ações e da rede de Atenção Psicossocial Antimanicomial (RAPS);
- O fechamento de todos os leitos de Hospitais Psiquiátricos, destinando seus recursos de acordo com a Portaria 106/2000, garantindo a criação da rede substitutiva;
- A extinção de toda e qualquer forma de internação de cidadãos em Hospitais Psiquiátricos, Comunidades Terapêuticas, Manicômios Judiciários e em quaisquer outros estabelecimentos de regime fechado;
- O fechamento imediato da HUB de Cuidados de Álcool e outras drogas e da Unidade Experimental de Saúde, considerando essas como uma afronta aos Direitos Humanos, à Reforma Sanitária e à Reforma Psiquiátrica Antimanicomial;



- A Retirada dos investimentos públicos em Comunidades Terapêuticas, entendendo que estas constituem equipamentos contrários à Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, representando a volta dos manicômios e da assistência baseada na exclusão social;
- A ampliação dos investimentos na implementação de Redes de Atenção Psicossocial Antimanicomial;
- A efetivação de que todos os moradores mapeados pelos “Censos Psicossocial dos Moradores em Hospitais Psiquiátricos do Estado de São Paulo”, sejam desinternados e desinstitucionalizados, e, quando necessário, possam morar em residências terapêuticas;
- A implementação de Casas de Acolhimento Transitório e moradias solidárias vinculadas às redes de atenção psicossocial, contemplando também a população em situação de rua;
- A implementação, ampliação e fortalecimento das ações intersetoriais para garantir os direitos sociais para a população em situação de rua;
- A efetivação dos Consultórios de Rua (CdR) e o fortalecimento das políticas de Redução de Danos;
- A revogação a Lei Estadual 1131/2010 que permite ao Estado vender 25% das vagas de serviços SUS para os Planos de Saúde Privados e particulares, cerceando os direitos dos usuários do SUS e atacando diretamente os princípios do SUS;
- O respeito e fortalecimento dos espaços e instâncias de controle social (Conselhos, Conselhos Gestores, Conferências) como espaços de proposição, fiscalização e acompanhamento das políticas de saúde e de saúde mental em suas áreas de abrangência.
- A despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero;
- A criação e fortalecimento de Políticas Públicas de combate ao Racismo, LGBTQIAP+ Fobia e o Machismo;
- A criação e fortalecimento de Políticas públicas voltadas aos povos originários;
- O fortalecimento da educação pública e a implantação de políticas públicas de cultura de paz nas escolas;
- O financiamento por parte do Estado de São Paulo na implantação e custeio mensal de todos os serviços de base territorial e comunitária das RAPS Regionais pactuadas, com o fim do financiamento do governo do estado de São Paulo aos Leitos de Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas e transferindo-os para a RAPS;
- O investimento público em Educação Popular em Saúde e em Direitos Humanos
- A Gestão pública de recursos naturais: A estatização da SABESP e Eletropaulo;
- Contra a privatização do Metrô e da CPTM;



- A extinção do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas do MDS;
- O investimento em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social para o cuidado das vítimas e/ou Familiares da Pandemia;
- Que seja implantada a carreira Inter federativa para todxs xs profissionais do SUS.

Manicômio Nunca Mais! Por uma Democracia Antimanicomial!!!!

Frente Estadual Antimanicomial São Paulo - FEASP